

Exame de Direito Administrativo I

Recurso

11 de fevereiro de 2025

I

Nos termos da lei *x*, compete ao Ministro da Economia a atribuição de subsídios a empresas de exploração agrícola que promovam a empregabilidade de jovens licenciados, podendo esta competência ser delegada nos Municípios. Considerando que, de acordo com o princípio da subsidiariedade previsto na Constituição, essa competência deve ser exercida pelas Freguesias, o Ministro delega a referida competência nas Freguesias através de atos administrativos.

A Câmara Municipal do Porto, invocando que a lei de habilitação para a delegação de competências lhe atribui a competência em causa, decide revogar os atos de delegação nas Freguesias situadas no seu Concelho.

Seguidamente, a Câmara Municipal do Porto delibera atribuir um subsídio à empresa de António, vereador da Câmara, por 4 votos a favor (incluindo o de António) e 3 contra.

1) Pode o Ministro delegar a competência nas Freguesias através de ato administrativo? (6 v.)

- princípio da subsidiariedade: sentido e alcance
- delegação de competências: conceito;
- a posição do delegado; possibilidade de recusa da delegação?
- delegação inter-subjetiva e autonomia local: a exigência de contrato e a sua justificação;
- desvalor jurídico dos atos de delegação;
- obrigatoriedade de exercício da competência pelas Freguesias?
- [...]

2) Pode a Câmara Municipal do Porto revogar os atos de delegação praticados pelo Ministro? (4 v.)

- natureza jurídica da delegação de competências - as várias teses;
- o que atribui ao delegado a lei de habilitação?;
- vícios e desvalores jurídico do ato
- a revogação pelo delegado: fundamento e limites;
- [...]

3) A deliberação da Câmara Municipal do Porto em que atribui um subsídio à empresa de António é válida? (4 v.)

- princípio da imparcialidade - as duas vertentes;
- relevância em concreto e em abstrato; as garantias de imparcialidade;
- o impedimento; diferença da escusa e suspeição;
- desvalor do ato praticado por titular de órgão impedido;
- consequências do impedimento no apuramento do quórum de órgãos colegiais;
- [...]

II

Comente a seguinte afirmação (6 v.):

“Foi mais o que a Revolução Francesa proclamou do que aquilo que conseguiu. O verdadeiro Estado de Direito apenas surge no século XX, após a II Guerra Mundial, com a (re)descoberta do personalismo”

- Antigo Regime e Revolução Francesa (RF);
- relevância da RF para o Direito Administrativo;
- evolução do princípio da legalidade;
- a discricionariedade e a evolução do seu sentido e do seu controlo;
- evolução das garantias dos cidadãos;
- a questão da responsabilidade do poder;
- a II GM e o relevo da dignidade da pessoa humana;
- conceção personalista do Direito Administrativo;
- [...]

Duração: 90 minutos

Exame de Direito Administrativo I

Recurso

11 de fevereiro de 2025

(alunos com necessidades especiais)

I

Nos termos da lei *x*, compete ao Ministro da Economia a atribuição de subsídios a empresas de exploração agrícola que promovam a empregabilidade de jovens licenciados, podendo esta competência ser delegada nos Municípios. Considerando que, de acordo com o princípio da subsidiariedade previsto na Constituição, essa competência deve ser exercida pelas Freguesias, o Ministro delega a referida competência nas Freguesias através de atos administrativos.

A Câmara Municipal do Porto, invocando que a lei de habilitação para a delegação de competências lhe atribui a competência em causa, decide revogar os atos de delegação nas Freguesias situadas no seu Concelho.

1) Pode o Ministro delegar a competência nas Freguesias através de ato administrativo? (8 v.)

- princípio da subsidiariedade: sentido e alcance
- delegação de competências: conceito;
- a posição do delegado; possibilidade de recusa da delegação?
- delegação inter-subjetiva e autonomia local: a exigência de contrato e a sua justificação;
- desvalor jurídico dos atos de delegação;
- obrigatoriedade de exercício da competência pelas Freguesias?
- [...]

2) Pode a Câmara Municipal do Porto revogar os atos de delegação praticados pelo Ministro? (4 v.)

- natureza jurídica da delegação de competências - as várias teses;
- o que atribui ao delegado a lei de habilitação?;
- vícios e desvalores jurídico do ato
- a revogação pelo delegado: fundamento e limites;
- [...]

II

Comente a seguinte afirmação (8 v.):

“Foi mais o que a Revolução Francesa proclamou do que aquilo que conseguiu. O verdadeiro Estado de Direito apenas surge no século XX, após a II Guerra Mundial, com a (re)descoberta do personalismo”

- Antigo Regime e Revolução Francesa (RF);
- relevância da RF para o Direito Administrativo;
- evolução do princípio da legalidade;
- a discricionariedade e a evolução do seu sentido e do seu controlo;
- evolução das garantias dos cidadãos;
- a questão da responsabilidade do poder;
- a II GM e o relevo da dignidade da pessoa humana;
- conceção personalista do Direito Administrativo;
- [...]

Duração: 90 minutos